

Mekal Metalurgica Kadow S.A.

**Demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2021 e 2020**

Conteúdo

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	3
Balancos patrimoniais	6
Demonstrações do resultado	7
Demonstrações do resultado abrangente	8
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	9
Demonstrações dos fluxos de caixa – método indireto	10
Notas explicativas às demonstrações financeiras	11



KPMG Auditores Independentes Ltda.
R. São Paulo, 31 - 1º andar - Sala 11 - Bairro Bucarein
89202-200 - Joinville/SC - Brasil
Caixa Postal 2077 - CEP 89201-970 - Joinville/SC - Brasil
Telefone +55 (47) 3205-7800
kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos acionistas da Mekal Metalúrgica Kadow S.A.

São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Mekal Metalúrgica Kadow S.A. (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, da Mekal Metalúrgica Kadow S.A. em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Joinville, 11 de março de 2022

KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC SC-000071/F-8



Felipe Brutti da Silva
Contador CRC RS-083891/O-0 T-SC

Mekal Metalurgica Kadow S.A.

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de reais)

	Nota	31/12/2021	31/12/2020
Ativo			
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	1.122	3.941
Contas a receber de clientes	5	4.088	3.971
Estoques	6	4.453	3.653
Impostos a recuperar	7	983	983
Outros créditos		96	90
Despesas antecipadas		<u>113</u>	<u>70</u>
		10.854	12.708
Não circulante			
Aplicações financeiras – caixa restrito	4	-	906
Depósitos judiciais	8	106	106
Impostos a recuperar	7	52	98
Impostos diferidos		472	-
Investimentos		10	10
Imobilizado	9	7.432	8.299
Intangível		<u>671</u>	<u>117</u>
		<u>8.745</u>	<u>9.536</u>
Total do ativo		<u>19.599</u>	<u>22.244</u>
Passivo			
Circulante			
Fornecedores		1.872	1.799
Financiamentos e empréstimos	11	3.990	3.619
Salários, férias e encargos sociais		1.766	1.565
Impostos e contribuições a recolher	10	764	367
Partes relacionadas - mútuo	12	4.435	-
Outras contas a pagar	13	<u>2.702</u>	<u>2.335</u>
		15.529	9.685
Não circulante			
Financiamentos e empréstimos	11	4.860	8.396
Partes relacionadas – mútuo	12	18.466	20.805
Impostos e contribuições a recolher	10	<u>5.814</u>	<u>8.371</u>
		29.140	37.572
Patrimônio líquido	14		
Capital social		25.335	24.476
Prejuízos acumulados		<u>(50.405)</u>	<u>(49.489)</u>
		<u>(25.070)</u>	<u>(25.013)</u>
Total do passivo e patrimônio líquido		<u>19.599</u>	<u>22.244</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Mekal Metalurgica Kadow S.A.

Demonstrações do resultado

Exercício findo em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de reais)

	Nota	31/12/2021	31/12/2020
Receita operacional líquida	15	25.335	15.719
Custo dos produtos vendidos	16	<u>(14.173)</u>	<u>(10.190)</u>
Lucro bruto		11.162	5.529
Despesas operacionais			
Vendas	16	(4.660)	(4.266)
Administrativas e gerais	16	(4.354)	(4.029)
Outros resultados operacionais	17	<u>(235)</u>	<u>527</u>
Lucro operacional antes do resultado financeiro		1.913	(2.239)
Receitas financeiras	18	85	61
Despesas financeiras	18	<u>(3.387)</u>	<u>(4.249)</u>
Resultado financeiro		<u>(3.301)</u>	<u>(4.188)</u>
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social		(1.389)	(6.427)
Imposto de renda e contribuição social – diferidos	20	<u>472</u>	<u>-</u>
Resultado do exercício		<u>(917)</u>	<u>(6.427)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Mekal Metalurgica Kadow S.A.

Demonstrações do resultado abrangente

Exercício findo em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de reais)

	31/12/2021	31/12/2020
Resultado do exercício	(917)	(6.427)
Resultados abrangentes	<u>-</u>	<u>-</u>
Resultado abrangente total	<u><u>(917)</u></u>	<u><u>(6.427)</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Mekal Metalurgica Kadow S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Exercício findo em 31 de dezembro de 2020 e 2021

(Em milhares de reais)

	Nota	Capital social	Capital social a integralizar	Prejuízos acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2019		19.587	-	(43.062)	(23.475)
Aumento de capital		4.889	-	-	4.889
Resultado do exercício		-	-	(6.427)	(6.427)
Saldos em 31 de dezembro de 2020		24.476	-	(49.489)	(25.013)
Aumento de capital	14	2.059	(1.200)	-	859
Resultado do exercício		-	-	(917)	(917)
Saldos em 31 de dezembro de 2021		26.535	(1.200)	(50.405)	(25.070)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Mekal Metalurgica Kadow S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa – método indireto

Exercício findo em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de reais)

	Nota	31/12/2021	31/12/2020
Fluxos de caixa das atividades operacionais			
Resultado do exercício		(917)	(6.427)
Ajustes por:			
Imposto de renda e da contribuição social	20	(472)	-
Depreciação e amortização	16	521	175
Provisão para perda por redução ao valor recuperável de contas a receber	5	122	-
Despesas com juros não realizados – empréstimos e financiamentos	11	683	977
Despesas com juros não realizados – partes relacionadas	12	<u>2.274</u>	<u>2.721</u>
		2.211	(2.554)
Variações nos ativos e passivos operacionais			
Contas a receber		(239)	(538)
Estoques		(801)	(998)
Impostos a recuperar		-	(288)
Despesas antecipadas		(43)	(4)
Outros créditos		40	(4)
Depósitos judiciais		-	(13)
Fornecedores		74	625
Salários, férias e encargos sociais		203	122
Impostos e contribuições a recolher		(2.161)	(3.466)
Outras contas a pagar		367	840
Juros pagos por empréstimos – Mútuos	12	(68)	-
Juros pagos por empréstimos	11	<u>(673)</u>	<u>(407)</u>
Caixa líquido usado nas atividades operacionais		(1.090)	(6.685)
Fluxos de caixa das atividades de investimentos			
Aplicações financeiras	4	906	(906)
Aquisição de ativo imobilizado	9	<u>(207)</u>	<u>(637)</u>
Caixa líquido proveniente (usado) nas atividades de investimentos		699	(1.543)
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos			
Integralização de capital	14	859	4.889
Captações de financiamentos e empréstimos	11	(15)	8.455
Captações de empréstimos de mútuo	12	-	106
Pagamentos de financiamentos e empréstimos	11	(3.161)	(1.135)
Pagamentos empréstimos de mútuo	12	<u>(111)</u>	<u>(309)</u>
Caixa líquido (usado) proveniente das atividades de financiamentos		<u>(2.428)</u>	<u>12.006</u>
(Redução) aumento do caixa e equivalentes de caixa		<u>(2.819)</u>	<u>3.778</u>
Demonstração da (redução) aumento do caixa e equivalentes de caixa			
No início do exercício		3.941	163
No fim do exercício		<u>1.122</u>	<u>3.941</u>
		<u>(2.819)</u>	<u>3.778</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1 Contexto operacional

A Companhia tem por objetivo a fabricação e comercialização em geral de pias, cubas, tanques, lavatórios, mictórios, tampos especiais para laboratórios e outros produtos em aço inoxidável, bem como a prestação de serviços de industrialização, instalação, reparação e manutenção dos produtos citados acima, prestação de serviços em projetos arquitetônicos, serviços de desenho técnico especializado relacionados a arquitetura e engenharia e também a participação em outras sociedades como sócio quotista ou acionista no país ou no exterior. A Companhia é sociedade anônima fechada com sede na cidade de São Paulo - SP.

a. Corona Vírus (COVID-19)

A Companhia em conjunto com a sua controladora Docol Indústria e Comércio Ltda. (Grupo), por meio de comunicados, vem atualizando seus sócios e colaboradores sobre as medidas implementadas pela Administração no gerenciamento da pandemia do COVID-19. O Grupo instituiu um Comitê de Crise e vem gerenciando as ações necessárias, com o objetivo de minimizar os impactos à nossa comunidade e aos seus colaboradores, e ao mesmo tempo atender as determinações do Governo federal e estadual aonde está localizada, de forma a colaborar com a prevenção da pandemia. Esse mesmo comitê, vem monitorando os possíveis impactos econômicos desta pandemia que podem afetar seus resultados. No mais, cabe destacar que, apesar dos impactos causados pela pandemia no cenário econômico de uma forma geral, a Companhia mantém suas atividades operacionais.

b. Continuidade operacional

Apesar das demonstrações financeiras apresentarem que a Companhia incorreu em prejuízo e o seu patrimônio líquido está negativo em 31 de dezembro de 2021, a Administração entende que as demonstrações contábeis foram preparadas no pressuposto da continuidade operacional normal dos negócios da Companhia porque suas operações apresentam melhoras importantes nos últimos anos, principalmente em relação ao aumento na receita de vendas. Além disso, suas operações estão suportadas pelo apoio financeiro da controladora através de aportes de recursos caso sejam necessários (nota explicativa 12) além de contratos de mútuos realizados por sua controladora (nota explicativa 12), além de disponibilidade de recursos com instituições financeiras (nota explicativa 11) para auxiliar na manutenção do capital de giro caso seja necessário.

2 Base de preparação

a. Declaração de conformidade

As presentes demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP) emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela Administração na sua gestão.

As demonstrações financeiras apresentam-se em milhares de Reais e foram aprovadas pela Diretoria em 11 de março de 2022.

b. Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico e sob princípio de continuidade das operações.

c. Moeda funcional e de apresentação

Essas demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para o valor mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

d. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

Julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras da Companhia requer que a administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes, na data-base das demonstrações financeiras. Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas poderia levar a resultados que requeiram um ajuste significativo ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em períodos futuros.

No processo de aplicação das políticas contábeis da Companhia, a Administração fez os seguintes julgamentos que têm efeito mais significativo sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras:

Estimativas e premissas

As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data do balanço, envolvendo risco significativo de causar um ajuste significativo no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro, são discutidas a seguir.

As informações sobre julgamentos críticos referente às políticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão incluídas nas seguintes notas:

- **Nota explicativa nº 5** - Provisão para perda esperada de crédito de liquidação duvidosa.

3 Principais políticas contábeis

As principais políticas contábeis, descritas em detalhes a seguir, têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nessas demonstrações financeiras.

a. Moeda estrangeira

Transações em moeda estrangeira são convertidas para a respectiva moeda funcional da Companhia pelas taxas de câmbio nas datas das transações. Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data de apresentação são e convertidas para a moeda funcional à taxa de câmbio apurada naquela data. O ganho ou perda cambial em itens monetários é a diferença entre o custo amortizado da moeda funcional no começo do exercício, ajustado por juros e pagamentos efetivos durante o exercício, e o custo amortizado em moeda estrangeira à taxa de câmbio no final do exercício de apresentação. As diferenças de moedas estrangeiras resultantes na reconversão são reconhecidas no resultado.

b. Instrumentos financeiros

(i) Reconhecimento e mensuração inicial

O contas a receber de clientes e os títulos de dívida emitidos são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia se torna parte das disposições contratuais do instrumento.

Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao VJR, os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação.

(ii) Classificação e mensuração subsequente

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado; ou ao valor justo por meio do resultado - VJR.

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do exercício de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Um instrumento de dívida é mensurado ao VJORA se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e
- Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Um instrumento de dívida é mensurado ao VJORA se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e
- Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

No reconhecimento inicial de um investimento em um instrumento patrimonial que não seja mantido para negociação, A Companhia pode optar irrevogavelmente por apresentar alterações subsequentes no valor justo do investimento em ORA. Essa escolha é feita investimento por investimento.

Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJORA, conforme descrito acima, são classificados como ao VJR. Isso inclui todos os ativos financeiros derivativos. No reconhecimento inicial, Companhia pode designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma atenda aos requisitos para ser mensurado ao custo amortizado ou ao VJORA como ao VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria.

Ativos financeiros - Avaliação do modelo de negócio

A Companhia realiza uma avaliação de objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem:

- As políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas. Eles incluem a questão de saber se a estratégia da Administração tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou saídas esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos;
- Como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração da Companhia;
- Os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados;
- A frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos exercícios anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras.

As transferências de ativos financeiros para terceiros em transações que não se qualificam para o desreconhecimento não são consideradas vendas, de maneira consistente com o reconhecimento contínuo dos ativos da Companhia.

Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao valor justo por meio do resultado.

Ativos financeiros - avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros

Para fins dessa avaliação, o 'principal' é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os 'juros' são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado exercício de tempo e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro.

A Companhia considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros.

Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, a Companhia considera:

- Eventos contingentes que modifiquem o valor ou o a época dos fluxos de caixa;
- Termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis;
- O pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e
- Os termos que limitam o acesso da Companhia a fluxos de caixa de ativos específicos (por exemplo, baseados na performance de um ativo).

O pagamento antecipado é consistente com o critério de pagamentos do principal e juros caso o valor do pré-pagamento represente, em sua maior parte, valores não pagos do principal e de juros sobre o valor do principal pendente - o que pode incluir uma compensação adicional razoável pela rescisão antecipada do contrato. Além disso, com relação a um ativo financeiro adquirido por um valor menor ou maior do que o valor nominal do contrato, a permissão ou a exigência de pré-pagamento por um valor que represente o valor nominal do contrato mais os juros contratuais (que também pode incluir compensação adicional razoável pela rescisão antecipada do contrato) acumulados (mas não pagos) são tratadas como consistentes com esse critério se o valor justo do pré-pagamento for insignificante no reconhecimento inicial.

Ativos financeiros - Mensuração subsequente e ganhos e perdas

Ativos financeiros a VJR: Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.

Ativos financeiros a custo amortizado: Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por impairment. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o impairment são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.

Passivos financeiros - classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas

Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado.

Os empréstimos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo, líquido dos custos da transação incorridos, quando relevantes, e são, subsequentemente, apresentados ao custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados e o valor de liquidação é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em andamento, utilizando o método de taxa de juros efetiva.

Os empréstimos são classificados como passivo circulante, a menos que a empresa tenha um direito incondicional de deferir a liquidação do passivo por pelo menos, 12 meses após a data do balanço custos dos empréstimos que são diretamente atribuíveis à aquisição de ativo qualificável formam parte do custo de tal ativo. Outros custos de empréstimos são reconhecidos como despesas, de acordo com o regime contábil de competência.

(iii) Desreconhecimento

Ativos financeiros

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Companhia nem transferem e nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

Passivos financeiros

A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Companhia também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo.

No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

(iv) Compensação

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tem atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

c. Imobilizado

(i) *Reconhecimento e mensuração*

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*) acumuladas.

O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pela própria Companhia inclui o custo de materiais e mão de obra direta, quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e condição necessários para que esses sejam capazes de operar da forma pretendida pela administração, os custos de desmontagem e de restauração do local onde estes ativos estão localizados e, quando relevantes, custos de empréstimos sobre ativos qualificáveis.

O software comprado que seja parte integrante da funcionalidade de um equipamento é capitalizado como parte daquele equipamento.

Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são apurados pela comparação entre os recursos advindos da alienação com o valor contábil do imobilizado.

(ii) *Custos subsequentes*

O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido no valor contábil do item caso seja provável que os benefícios econômicos incorporados dentro do componente irão fluir para a Companhia e que o seu custo pode ser medido de forma confiável. O valor contábil do componente que tenha sido repostado por outro é baixado. Os custos de manutenção no dia-a-dia do imobilizado são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

(iii) *Depreciação*

A depreciação é calculada sobre o valor depreciável, que é o custo de um ativo, ou outro valor substituto do custo, deduzido do valor residual. Terrenos não são depreciados.

A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de cada parte de um item do imobilizado, já que esse método é o que melhor reflete o padrão de consumo dos benefícios econômicos futuros incorporados no ativo.

As vidas úteis estimadas para os bens do ativo imobilizado em 31 de dezembro de 2021

Edificações	25 anos
Máquinas e equipamentos	10 anos
Móveis e utensílios	10 anos
Veículos	5 anos
Instalações industriais	10 anos
Equipamentos de informática	5 anos

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais serão revistos a cada encerramento de exercício financeiro e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis.

d. Intangível

Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados ao custo no momento do seu reconhecimento inicial. O custo de ativos intangíveis adquiridos em uma combinação de negócios corresponde ao valor justo na data da aquisição. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados ao custo, menos amortização acumulada e perdas acumuladas de valor recuperável. Ativos intangíveis gerados internamente, excluindo custos de desenvolvimento capitalizados, não são capitalizados, e o gasto é refletido na demonstração do resultado no exercício em que for incorrido.

A vida útil de ativo intangível é avaliada como definida ou indefinida. Ativos intangíveis com vida definida são amortizados ao longo da vida útil econômica e avaliados em relação à perda por redução ao valor recuperável sempre que houver indicação de perda de valor econômico do ativo.

O período e o método de amortização para um ativo intangível com vida definida são revisados no mínimo no fim de cada exercício social. Mudanças na vida útil estimada ou no consumo esperado dos benefícios econômicos futuros destes ativos são contabilizadas por meio de mudanças no período ou método de amortização, conforme o caso, sendo tratadas como mudanças de estimativas contábeis.

A amortização de ativos intangíveis com vida definida é reconhecida na demonstração do resultado na categoria de despesa consistente com a utilização do ativo intangível. Ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados, mas são testados anualmente em relação a perdas por redução ao valor recuperável, individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa.

A avaliação de vida útil indefinida é revisada anualmente para determinar se esta avaliação continua a ser justificável. Caso contrário, a mudança na vida útil de indefinida para definida é feita de forma prospectiva.

Um ativo intangível é desreconhecido aquando da sua venda (ou seja, a data em que o beneficiário obtém o controle do ativo relacionado) ou quando não são esperados benefícios econômicos futuros a partir de sua utilização ou venda. Eventuais ganho ou perda resultantes do desreconhecimento do ativo (a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) são reconhecidos na demonstração do resultado do exercício.

Vida útil	Softwares
Método de amortização utilizado	Definida - 5 anos
Gerados internamente ou adquiridos	Linear ao longo do período esperado dos benefícios de uso Adquiridos

e. Estoques

Os estoques são mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido. O custo dos estoques é baseado no custo médio de aquisição ou produção e inclui gastos incorridos na aquisição de estoques, custos de produção e transformação e outros custos incorridos em trazê-los às suas localizações e condições existentes. No caso dos estoques manufaturados e produtos em elaboração, o custo inclui uma parcela dos custos gerais de fabricação baseado na capacidade operacional normal.

O valor realizável líquido é o preço estimado de venda no curso normal dos negócios, deduzido dos custos estimados de conclusão e despesas de vendas.

f. Redução ao valor recuperável (impairment)

(i) Ativos financeiros não-derivativos

A Companhia reconhece provisões para perdas esperadas de crédito sobre:

- Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado; e
- Ativos de contrato.

A Companhia mensura a provisão para perda em um montante igual à perda de crédito esperada para a vida inteira, exceto para os itens descritos abaixo, que são mensurados como perda de crédito esperada para 12 meses:

- Títulos de dívida com baixo risco de crédito na data do balanço; e
- Outros títulos de dívida e saldos bancários para os quais o risco de crédito (ou seja, o risco de inadimplência ao longo da vida esperada do instrumento financeiro) não tenha aumentado significativamente desde o reconhecimento inicial.

As provisões para perdas com contas a receber de clientes e ativos de contrato são mensuradas a um valor igual à perda de crédito esperada para a vida inteira do instrumento.

Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, a Companhia considera informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica da Companhia, na avaliação de crédito e considerando informações prospectivas (forward-looking).

A Companhia presume que o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente se este estiver com mais de 120 dias de atraso.

A Companhia considera um ativo financeiro como inadimplente quando:

- É pouco provável que o devedor pague integralmente suas obrigações de crédito à Companhia, sem recorrer a ações como a realização da garantia (se houver alguma); ou
- O ativo financeiro estiver vencido há mais de 120 dias.

A Companhia considera que um título de dívida tem um risco de crédito baixo quando a sua classificação de risco de crédito é equivalente à definição globalmente aceita de “grau de investimento”.

- As perdas de crédito esperadas para a vida inteira são as perdas esperadas com crédito que resultam de todos os possíveis eventos de inadimplemento ao longo da vida esperada do instrumento financeiro.

- As perdas de crédito esperadas para 12 meses são perdas de crédito que resultam de possíveis eventos de inadimplência dentro de 12 meses após a data do balanço (ou em um período mais curto, caso a vida esperada do instrumento seja menor do que 12 meses).

O período máximo considerado na estimativa de perda de crédito esperada é o período contratual máximo durante o qual a Companhia está exposta ao risco de crédito.

Mensuração das perdas de crédito esperadas

As perdas de crédito esperadas são estimativas ponderadas pela probabilidade de perdas de crédito. As perdas de crédito são mensuradas a valor presente com base em todas as insuficiências de caixa (ou seja, a diferença entre os fluxos de caixa devidos à Companhia de acordo com o contrato e os fluxos de caixa que a Companhia esperam receber).

As perdas de crédito esperadas são descontadas pela taxa de juros efetiva do ativo financeiro.

Apresentação da provisão para perdas de crédito esperadas no balanço patrimonial

A provisão para perdas para ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado é deduzida do valor contábil bruto dos ativos.

g. Benefícios de curto prazo a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensuradas em uma base não descontada e são incorridas como despesas conforme o serviço relacionado seja prestado.

O passivo é reconhecido pelo valor esperado a ser pago sob os planos de bonificação em dinheiro ou participação nos lucros de curto prazo quando há uma obrigação legal ou construtiva de pagar esse valor em função de serviço passado prestado pelo empregado, e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

h. Provisões

Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se há uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação.

i. Reconhecimento da receita de vendas

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produtos no curso normal das atividades da Companhia. A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, descontos e abatimentos concedidos, sendo reconhecida quando o valor desta pode ser mensurado com segurança, que seja provável que os benefícios econômicos futuros fluirão para a entidade. São reconhecidas no resultado quando da entrega dos produtos, bem como pela transferência dos riscos e benefícios ao comprador.

j. Tributos sobre o lucro

Imposto de renda e contribuição social - corrente

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido.

Portanto, as inclusões ao lucro contábil de despesas, temporariamente não dedutíveis, ou exclusões de receitas, temporariamente não tributáveis, consideradas para apuração do lucro tributável corrente geram créditos ou débitos tributários diferidos. As antecipações ou valores passíveis de compensação são demonstrados no ativo circulante ou não circulante, de acordo com a previsão de sua realização.

Imposto de renda e contribuição social - diferido

Imposto diferido é gerado por diferenças temporárias na data do balanço entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis. Impostos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças tributárias temporárias.

Impostos diferidos ativos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis, créditos e perdas tributárias não utilizadas, na extensão em que seja provável que o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias dedutíveis possam ser realizadas, e créditos e perdas tributárias não utilizadas possam ser utilizados.

O valor contábil dos impostos diferidos ativos é revisado em cada data do balanço e baixado na extensão em que não é mais provável que lucros tributáveis estarão disponíveis para permitir que todo ou parte do ativo tributário diferido venha a ser utilizado.

3.1 Mudanças nas principais políticas contábeis

Novos pronunciamentos em vigor a partir de 1º de janeiro de 2021

Em 2021 foram emitidas as seguintes revisões de Pronunciamentos Contábeis, já vigentes para o exercício de 2021:

a) Revisão dos Pronunciamentos Técnicos nº 17/2021: Alterações nos Pronunciamentos Técnicos: CPC 06 (R2), CPC 11, CPC 38, CPC 40 (R1) e CPC 48, em decorrência da Reforma da Taxa de Juros de Referência.

b) Revisão dos Pronunciamentos Técnicos nº 18/2021: Alterações no Pronunciamento Técnico CPC 06 (R2), referentes a benefícios relacionados à Covid-19 concedidos para arrendatários em contratos de arrendamentos que vão além de 30 de junho de 2021.

As alterações foram avaliadas pela Administração da Companhia, não havendo impactos nas Demonstrações Financeiras.

Novos pronunciamentos a vigorar a partir de 1º de janeiro de 2022

A Administração vem acompanhando os pronunciamentos que já foram emitidos, porém terão vigência somente a partir de 1º de janeiro de 2022 e concluiu que não deverá trazer impactos significativos sobre as demonstrações financeiras da Companhia.

4 Caixa, equivalentes de caixa e aplicações financeiras

	31/12/2021	31/12/2020
Caixa e depósitos a vista	252	1.626
Aplicações financeiras – equivalentes de caixa	<u>870</u>	<u>2.315</u>
Caixa e equivalentes de caixa	1.122	3.941
Aplicações financeiras – caixa restrito classificada no não circulante	<u>-</u>	<u>906</u>

As aplicações financeiras classificadas como equivalentes de caixa, referem-se a aplicações em Certificado de Depósito Bancário com rendimentos baseados na variação da taxa do CDI (102,5% em 2021 e 102,5% em 2020), podendo ser resgatadas a qualquer tempo, as quais foram qualificadas como equivalentes de caixa nas demonstrações dos fluxos de caixa.

As aplicações financeiras classificadas como caixa restrito, se referem a aplicações com restrição de uso, vinculados a empréstimos bancários, sendo classificado conforme o vencimento das operações. Em 2021 estas aplicações se tornaram disponíveis, sendo reclassificadas para equivalentes de caixa.

5 Contas a receber de clientes

	31/12/2021	31/12/2020
No país	4.054	3.841
No exterior	198	172
Perda por redução ao valor recuperável de contas a receber	<u>(164)</u>	<u>(42)</u>
	<u>4.088</u>	<u>3.971</u>

A composição do saldo de contas a receber por idade de vencimento é como segue:

	31/12/2021	31/12/2020
A vencer	3.819	3.636
Vencidos há 30 dias	234	170
Vencidos de 31 a 60 dias	26	8
Vencidos de 61 a 90 dias	-	12
Vencidos de 91 a 180 dias	9	34
Vencidos há mais de 180 dias	<u>164</u>	<u>153</u>
	<u>4.252</u>	<u>4.013</u>

Movimentação da provisão para perda por redução ao valor recuperável de contas a receber

	31/12/2021	31/12/2020
Saldo Inicial	(42)	(131)
Provisão	(122)	-
Baixas	-	89
	<u> </u>	<u> </u>
Saldo Final	<u>164</u>	<u>(42)</u>

A provisão para perda por redução ao valor recuperável de contas a receber é constituída para cobrir eventuais perdas na realização desses créditos. O valor da provisão para perda por redução ao valor recuperável de contas a receber é constituído com base nos históricos de inadimplência ocorrido em exercícios anteriores e na análise individual dos títulos em atraso.

Garantias

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, não há duplicatas a receber vinculadas a garantias por financiamentos bancários.

6 Estoques

	31/12/2021	31/12/2020
Produtos acabados	1.053	888
Produtos em elaboração	1.228	1.200
Matérias-primas e componentes	2.172	1.565
	<u> </u>	<u> </u>
	<u>4.453</u>	<u>3.653</u>

A Companhia realiza o acompanhamento do valor realizável dos estoques, levando em consideração a necessidade de provisão para perdas decorrente do menor valor entre o valor líquido de custo e o valor líquido realizável. Durante o ano de 2021, não houve necessidade de provisão.

Garantias

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020 a Companhia não possui estoques dados em garantia de empréstimos e financiamentos.

7 Impostos a recuperar

	31/12/2021	31/12/2020
IRPJ e CSLL	15	6
PIS e COFINS	-	178
ICMS - operações normais	4	28
ICMS - sobre imobilizado	111	152
IPI	905	717
	<u> </u>	<u> </u>
Total	<u>1.035</u>	<u>1.081</u>
	<u> </u>	<u> </u>
Circulante	983	983
Não circulante	52	98

8 Depósitos judiciais e provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

	31/12/2021	31/12/2020
Tributários	75	75
Outros	<u>31</u>	<u>31</u>
Total dos depósitos judiciais	<u>106</u>	<u>106</u>

Contingências prováveis

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, a Companhia não possui processos de natureza fiscal, cível e trabalhista, avaliados pelos assessores jurídicos como sendo de risco provável.

Contingências possíveis

Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia possui processos de natureza fiscal, cível e trabalhista, avaliados pelos assessores jurídicos como sendo de risco possível no montante de R\$ 1.097 (R\$ 990 em 2020) para os quais nenhuma provisão foi constituída tendo em vista que as práticas contábeis no Brasil não requerem a sua contabilização.

9 Imobilizado

	Terrenos	Edificações	Máquinas e equipamentos	Móveis e utensílios	Veículos	Instalações industriais	Equipamentos de Informática	Imobilizado em andamento	Adiantamento a fornecedores	Outros	Total
Taxa de depreciação a.a. (%)	-	4	10	10	20	10	20	-	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2019	3.964	39	147	218	20	-	70	3.229	102	5	7.794
Adições	-	-	10	16	99	-	-	473	38	-	637
Transferências	-	-	1.600	3	-	917	34	(2.554)	-	-	-
Baixas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Depreciações	-	(5)	(40)	(25)	(33)	(8)	(21)	-	-	-	(132)
Baixas de depreciações	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2020	3.964	34	1.717	212	86	909	83	1.149	140	5	8.299
Adições	-	-	31	-	-	-	2	133	40	-	207
Transferências	-	-	209	65	-	-	21	(996)	-	-	(701)
Baixas	-	-	-	-	(34)	-	-	-	-	-	(34)
Depreciações	-	(5)	(198)	(29)	(20)	(91)	(28)	-	-	-	(372)
Baixas de depreciações	-	-	-	-	34	-	-	-	-	-	34
Saldos em 31 de dezembro de 2021	3.964	34	1.760	248	66	818	80	284	180	5	7.432

Teste ao valor recuperável dos ativos imobilizados

O ativo imobilizado tem o seu valor recuperável analisado, no mínimo, anualmente, caso haja indicadores de perda de valor. Para o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2021 não houve indicadores de perda que ensejasse a necessidade de constituição de provisão.

Garantias

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, não há bens do imobilizado vinculados a garantias por financiamentos bancários.

10 Impostos e contribuições a recolher

	31/12/2021	31/12/2020
Impostos federais a recolher	348	228
Impostos estaduais a recolher	402	136
Impostos municipais a recolher	13	3
Parcelamento de tributos estaduais	2.072	3.153
Parcelamento de tributos previdenciários	1.099	1.643
Parcelamento de tributos federais	2.223	3.093
Parcelamento de tributos municipais	420	482
	<u>6.578</u>	<u>8.738</u>
Circulante	764	367
Não circulante	5.814	8.371

Os parcelamentos de impostos são atualizados com base na Selic, com pagamentos mensais e prazo de pagamento até 2025, conforme resumo abaixo:

Fluxo dos parcelamentos	2023	2024	2025	2026	Total
Parcelamentos Tributários	2.684	2.408	711	11	5.814

11 Financiamentos e empréstimos

Moeda nacional	31/12/2021	31/12/2020
Capital de giro - Juros 2,5% a.a. + CDI	4,089	3.901
Capital de giro - Juros 2,43% a.a + CDI	2.662	5.114
Capital de giro - Juros 0,55% a.m + CDI	2.099	3.000
	<u>8.850</u>	<u>12.015</u>
Circulante	3.990	3.619
Não circulante	4.860	8.396

Os financiamentos e empréstimos estão garantidos por aval de quotistas, fiança bancária.

Movimentação do endividamento:

	31/12/2021	31/12/2020
Saldo Inicial	12.015	4.125
Captação	(15)	8.455
Pagamento de principal	(3.161)	(1.135)
Juros apropriados	683	977
Pagamento de juros	(673)	(407)
Saldo Final	<u>8.850</u>	<u>12.015</u>

Cronograma de amortização do principal da dívida no longo prazo:

Fluxo da dívida	2022	2023	2024	2025	Total
Capital de giro	(3.990)	(2.882)	(1.770)	(208)	(8.850)

12 Partes relacionadas

As transações com partes relacionadas são referentes a contratos de mútuo a pagar conforme segue:

a. Passivo circulante (contratos de mútuo)

	31/12/2021	31/12/2020
Docol Indústria e Comércio Ltda.	4.235	-
Valdo Keneth Kadow	200	-
	4.435	-

b. Passivo não circulante (contratos de mútuo)

	31/12/2021	31/12/2020
Docol Indústria e Comércio Ltda	17.772	19.809
Kadol Serviços e Projetos Ltda	195	195
Valdo Keneth Kadow	499	801
	18.466	20.805

Os contratos de mútuo possuem encargos anuais de 5% a.a., mais a variação positiva do INPC, O contrato de mútuo com a sua controladora Docol Indústria e Comércio Ltda, está previsto o pagamento em 10 parcelas semestrais a partir de janeiro de 2022, o contrato de mútuo com o acionista Valdo Keneth Kadow, está previsto o pagamento em 10 parcelas semestrais a partir de fevereiro de 2020.

	31/12/2021	31/12/2020
Saldo Inicial	20.805	18.287
Captação	-	106
Amortização	(111)	(309)
Pagamento de juros	(68)	-
Juros apropriados	2.274	2.721
Saldo Final	22.900	20.805

c. Remuneração do pessoal chaves da administração

O montante referente a remuneração do pessoal chaves da administração, foi de R\$ 494 em 2021 e R\$ 981 em 2020.

13 Outras contas a pagar

	31/12/2021	31/12/2020
Venda para entrega futura	316	131
Representantes	81	102
Créditos clientes (a)	2.251	2.069
Outros	54	33
	<u>2.702</u>	<u>2.335</u>

- (a) Créditos com clientes referem-se a adiantamentos de clientes e crédito de devoluções a compensar, as quais serão pagas em 2022 por meio de compensação em compras futuras ou bonificação com produtos.

14 Patrimônio líquido

O capital social, está representado por 26.534.649 ações integralizadas no valor de R\$ 1,00 cada no montante de R\$ 26.535.

Em 28 de outubro de 2021, foi aprovado aumento de capital social de R\$ 24.476 para R\$ 26.535, com a emissão de 2.058.764 novas ações ordinárias e nominativas, a serem integralizadas em moeda corrente nacional ao preço de R\$ 1,00 cada. As integralizações estão programadas para ocorrer em de acordo com o cronograma aprovado, e foram realizados da seguinte forma: R\$ 859 em 10 de novembro de 2021, R\$ 770 em 04 de janeiro de 2022 e R\$ 430 em 04 de março de 2022, totalizando R\$ 2.059.

15 Receita operacional

Abaixo apresentamos a conciliação entre a receita bruta e a receita líquida nas demonstrações de resultados:

	31/12/2021	31/12/2020
Venda de produtos	33.063	21.772
Deduções de vendas	<u>(7.728)</u>	<u>(6.053)</u>
Receita operacional líquida	<u>25.335</u>	<u>15.719</u>

A receita operacional da Companhia é gerada substancialmente no mercado brasileiro e a Companhia não tem nenhum cliente que individualmente seja significativo, ou seja, cliente que represente 10% ou mais da receita operacional do exercício.

As vendas no mercado doméstico representam 96% e as vendas ao mercado externo representam 4%.

16 Despesas por natureza

	31/12/2021	31/12/2020
Matéria-prima e materiais de uso e consumo	(8.839)	(5.883)
Despesas com pessoal	(6.378)	(6.824)
Depreciações e amortizações	(521)	(175)
Despesas com frete	(960)	(485)
Despesas com comissões	(797)	(628)
Despesas com propaganda	(153)	(1)
Despesas com serviços	(900)	(717)
Despesas com serviços compartilhados controladora	(530)	(569)
Impostos, taxas e contribuições	(440)	(352)
Benefícios a empregados	(709)	(730)
Outras	(2.960)	(2.121)
	(23.188)	(18.485)
Classificação por função		
Custo dos produtos vendidos	(14.173)	(10.190)
Vendas	(4.660)	(4.266)
Administrativas e gerais	(4.354)	(4.029)
	(23.187)	(18.485)

17 Outros resultados operacionais

	31/12/2021	31/12/2020
Reversão da provisão de parcelamentos tributários	-	623
Outras (despesas) receitas, líquidas	(235)	(96)
	(235)	527

18 Receitas e despesas financeiras

	Controladora	
	31/12/2021	31/12/2020
Juros sobre financiamento capital de giro	(683)	(977)
IOF sobre operações financeiras	-	(253)
Despesas bancárias	(148)	(103)
Juros sobre mútuos	(2.274)	(2.642)
Outros juros de mora	(262)	(254)
PIS e COFINS s/ receita financeira	(13)	(6)
Outras despesas financeiras	(7)	(14)
	(3.387)	(4.249)
Despesas financeiras		
Juros de mora	14	10
Rendimentos sobre aplicação financeira	59	14
Variação cambial líquida	9	36
Outros	3	1
	(85)	61
Receitas financeiras		
	(3.301)	(4.188)

19 Instrumentos financeiros

Gerenciamento do risco financeiro

A Diretoria tem responsabilidade global pelo estabelecimento e supervisão da estrutura de gerenciamento de risco. A Companhia apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros:

Riscos de crédito

Risco de crédito é o risco de prejuízo financeiro caso um cliente ou contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais, que surgem principalmente dos recebíveis da Companhia de clientes e em títulos de investimento.

(i) ***Contas a receber de clientes e outros créditos***

A Companhia adota como prática a análise das situações financeiras de seus clientes, e administra o risco de crédito por meio de um programa de qualificação e concessão de crédito.

A Administração estabelece uma provisão para redução ao valor recuperável que representa sua estimativa de perdas incorridas com relação às contas a receber de clientes e outros créditos e investimentos.

(ii) ***Investimentos***

A Companhia limita sua exposição a riscos de crédito ao investir apenas em instituições financeiras consideradas de 1ª linha. A Administração não espera que nenhuma contraparte falhe em cumprir com suas obrigações.

Os valores contábeis dos ativos financeiros representam a exposição máxima do crédito. A exposição máxima do risco do crédito na data das demonstrações financeiras foi:

	31/12/2021	31/12/2020
Caixa, equivalentes de caixa e aplicações financeiras	1.122	4.847
Contas a receber de clientes	4.088	3.971
	<u>5.210</u>	<u>8.818</u>

Risco de liquidez

Risco de liquidez é representado por dificuldades que a Companhia poderia encontrar em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia.

Risco de mercado

Risco de mercado é o risco que alterações nos preços de mercado, tais como as taxas de câmbio e juros, têm nos ganhos da Companhia ou no valor de suas participações em instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercados, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno. Todas estas operações são conduzidas dentro das orientações estabelecidas pela Diretoria.

Análise de sensibilidade de variações nas taxas de juros

Operações ativas e passivas

As principais operações da Companhia são indexadas a taxas prefixadas, com exceção as aplicações financeiras que são pós-fixadas por CDI. A Administração, de uma maneira geral, entende que qualquer oscilação nas taxas de juros não representaria nenhum impacto significativo nos resultados da Companhia. A Companhia apresenta abaixo uma análise de sensibilidade para essas operações.

Operação	Risco	Saldo	Sensibilidade – (despesa)/receita no resultado do exercício				
		exposto					
		31/12/2021	Queda 50%	Queda 25%	Cenário Provável	Aumento 25%	Aumento 50%
Aplicação financeira	CDI	870	51	76	101	127	152
Empréstimos	CDI	(8.850)	(515)	(773)	(1.031)	(1.289)	(1.546)
Total exposição CDI		(7.979)	(465)	(697)	(930)	(1.162)	(1.394)

A Companhia considerou como cenário provável a taxa de CDI de 11,65% ao ano.

Risco operacional

Risco operacional é o risco de prejuízos diretos ou indiretos decorrentes de uma variedade de causas associadas a processos, pessoal, tecnologia e infraestrutura, de fatores externos, exceto riscos de crédito, mercado e liquidez, como aqueles decorrentes de exigências legais e regulatórias e de padrões geralmente aceitos de comportamento empresarial.

O objetivo é administrar o risco operacional para evitar a ocorrência de prejuízos financeiros e danos à reputação da Companhia e buscar eficácia de custos e para evitar procedimentos de controle que restrinjam iniciativa e criatividade.

Gestão de capital

A política da Diretoria é manter uma sólida base de capital para manter a confiança dos quotistas e credores no desenvolvimento futuro do negócio.

A Diretoria procura manter um equilíbrio entre os melhores retornos possíveis com níveis mais adequados de empréstimos e as vantagens e a segurança proporcionada por uma posição de capital saudável.

A Companhia não está sujeita às exigências externas de capital.

Valor justo

O quadro a seguir apresenta os principais instrumentos financeiros contratados, assim como os respectivos valores justos:

	31/12/2021		31/12/2020	
	Valor contábil	Valor Justo	Valor contábil	Valor justo
Custo amortizado				
Aplicações financeiras – equivalente de caixa	870	870	2.315	2.315
Contas a receber de clientes	4.088	4.088	3.971	3.971
Empréstimos e financiamentos	8.850	8.850	12.016	12.016
Fornecedores	1.872	1.872	1.799	1.799
Partes Relacionadas	22.900	22.900	20.805	20.805
Valor justo por meio do resultado				
Aplicações financeiras – caixa restrito	-	-	906	906

Os valores justos informados não refletem mudanças futuras na economia, tais como taxas de juros e alíquotas de impostos e outras variáveis que possam ter efeito sobre sua determinação.

Os seguintes métodos e premissas foram adotados na determinação do valor justo:

- **Aplicações financeiras** - Os valores contábeis informados no balanço patrimonial são substancialmente correspondentes ao valor justo, em virtude de suas taxas de remuneração serem baseadas na variação do CDI.
- **Contas a receber e fornecedores** - Decorrem diretamente das operações da Companhia, sendo mensurados pelo custo amortizado e estão registrados pelo seu valor original, deduzido de provisão para perdas e ajuste a valor presente quando aplicável ou relevante.
- **Empréstimos e financiamentos** - São classificados como passivos financeiros não mensurados ao valor justo e estão registrados pelo método do custo amortizado de acordo com as condições contratuais. Esta definição foi adotada, pois os valores não são mantidos para negociação que de acordo com entendimento da Administração reflete a informação contábil mais relevante. Os valores justos destes financiamentos são equivalentes aos seus valores contábeis, por se tratarem de instrumentos financeiros com taxas que se equivalem às taxas de mercado e por possuírem características exclusivas, oriundas de fontes de financiamento específicas para financiamento das atividades da Companhia.

Instrumentos financeiros derivativos

Em 31 de dezembro de 2021 a Companhia não possuía instrumentos financeiros derivativos em aberto.

20 Imposto de renda e contribuição social

	Controladora	
	31/12/2021	31/12/2020
Lucro contábil antes do imposto de renda e da contribuição social	(1.389)	(6.427)
Alíquota fiscal combinada	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social pela alíquota fiscal combinada	<u>472</u>	<u>2.185</u>
Tributos diferidos não registrados	-	(2.185)
Imposto de renda e contribuição social no resultado do exercício	<u>472</u>	<u>-</u>
Imposto de renda e contribuição social – diferidos	472	-
Alíquota efetiva	-34,0%	0,0%

A Companhia possui em 31 de dezembro de 2021 e 2020, o montante de R\$ 11.736 de imposto de renda e contribuição social diferido que não estão reconhecidos contabilmente por não apresentarem neste momento expectativa de geração de lucros tributáveis futuros suficientes para o reconhecimento integral deste crédito.